

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA DE FAMÍLIA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXXXXXXXXXXXXX

PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃO - ART.71 DO ESTATUTO DO IDOSO

FULANA DE TAL, brasileira, casada, filha de **FULANO DE TAL** e **FULANA DE TAL**, aposentada, inscrita no RG sob o nº XXX, SSP/XX e no CPF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliada na LUGAR 7, CEP XXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio da *DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXX*, com fundamento na Emenda Constitucional nº 66, §6º, propor

DIVÓRCIO LITIGIOSO

em face de **FULANO DE TAL**, brasileiro, casado, filho de **FULANO DE TAL** E **FULANA DE TAL**, nascido em XXXXXXXX, natural de Formosa do XXXXXXXX, demais dados desconhecidos, residente e domiciliado em local incerto e não sabido, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I - DO MATRIMÔNIO

A autora casou-se com o requerido em 30 de julho de 1964, sob o regime de comunhão universal de bens, conforme dados constantes da cópia de certidão de casamento anexa.

O casal separou-se de fato após cinco meses de casamento e a requerente veio para xxxxxxxxx poucos meses depois.

A autora constituiu união estável com xxxxxxxxxxxxxx, com quem teve sete filhos, todos maiores e capazes, a saber:

Fulana de tal - nascida em xxxx, solteira;

Fulano de tal - nascido em xxxxx, divorciado;

Fulano de tal - nascido em xxxxx, casado.

Fulana de tal - nascida em xxxxxxxx

Fulana de tal - nascida em xxxxx

Fulana de tal- nascida xxxxxxxx

O réu encontra-se em lugar incerto e não sabido e a autora não tem qualquer informação sobre o mesmo.

II- DOS FILHOS

Da união do casal não advieram filhos.

III - DOS BENS

O casal não adquiriu bens na constância do casamento, que durou apenas cinco meses.

IV - DAS DÍVIDAS

O casal não adquiriu nenhuma dívida na constância do casamento.

V - DOS ALIMENTOS ENTRE OS CÔNJUGES

Diante da situação fática apresentada, não há que se falar em obrigação alimentar entre os cônjuges.

VI - DO NOME DE SOLTEIRA

A autora deseja retornar a utilizar o nome de solteira, qual seja, **Fulano de tal**

VII - DOS PEDIDOS:

Isto posto, requer:

- a) os benefícios da Justiça Gratuita, por ser economicamente hipossuficiente, conforme declaração anexa;
- b) a prioridade na tramitação, por tratar-se de pessoa idosa, nos termos do art. 71 do Estatuto do Idoso;
- c) a intimação do Ministério Público para atuar no feito na forma da lei;
- d) a citação do réu, **por edital**, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, para apresentar resposta no prazo legal, sob pena de revelia; e caso Vossa Exa. entenda necessário, requer seja oficiado a Receita Federal para que informe o CPF do requerido, procedendo-se a consulta ao sistema INFOSEG e SIEL para tentar localizar o endereço dele;
- e) a procedência do pedido para decretar, por sentença, o divórcio do casal, expedindo-se o competente mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil, voltando o

cônjuge virago a utilizar o nome de solteira, qual seja, fulana de tal;

- f) A condenação do cônjuge varão ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal - PROJUR - (art. 3º, inciso I da Lei Complementar Distrital nº 744/2007), deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. - BRB, Código do banco 070, agência 100, conta 013251-7, PROJUR.

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial a documental e prova testemunhal.

Dá à causa o valor de R\$ xxx (reais).

São os termos em que pede deferimento.

Fulano de tal
Requerente

Fulano de tal
Colaborador Mat: xxxxxx

Fulana de tal
Defensora Pública

